INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ - 28.399.030/0001-31
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO

	2018	2017
Circulante	2.051	1.499
Caixa e Equivalentes de Caixa	19	-
Caixa	19	-
Créditos a Receber	260	1.499
Adiantamentos a Fornecedores	260	1.499
Estoques	1.772	-
Almoxarifado/Material de Expediente (Nota 3b)	1.772	-
Não Circulante	16.701	10.573
Realizável a Longo Prazo	-	-
Imobilizado (Nota 3c e 4)	16.701	10.573
Bens Sem Restrição	18.422	10.871
(-) Depreciação Acumulada	(1.721)	(298)
Intangível	-	-
TOTAL DO ATIVO	18.752	12.072

Jaboatão dos Guararapes, 31 de Dezembro de 2018.

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
CRC PE nº 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
-58958
Nº

INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ - 28.399.030/0001-31
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

PASSIVO

	2018	2017
Circulante (Nota 3d)	**48.214**	**15.831**
Fornecedores de bens e serviços (Nota 3e e 5)	18.603	3.698
Obrigações com Empregados (Nota 3f e 6)	29.094	12.046
Obrigações Tributárias	517	88
Não Circulante (Nota 3d)	**106.244**	**57.635**
Emprestimos e Financiamentos a Pagar (Nota 7)	106.244	57.635
Patrimônio Líquido (Nota 3h e 8)	**(135.705)**	**(61.394)**
Superávit ou Déficit Acumulado	(61.394)	-
Superávit ou Déficit do Exercício (Nota 3h e 8)	(74.311)	(61.394)
TOTAL DO PASSIVO	18.752	12.072

Jaboatão dos Guararapes, 31 de Dezembro de 2018.

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
CRC PE nº 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº -58958

INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ - 28.399.030/0001-31
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

	2018	2017
RECEITAS OPERACIONAIS (Nota 3a)	**714.318**	**7.420**
Sem Restrição		
Programa (Atividades) de Saúde (Nota 9)	175.988	7.420
Com Restrição		
Trabalho Voluntário (Nota 3i e 11)	508.622	-
INSS Cota Patronal (Nota 15B)	23.766	-
PIS s/ Folha de Pagamento (Nota 15B)	938	-
COFINS s/ Receita (Nota 15B)	5.003	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		
Com Programas (Atividades)		
Saúde (Nota 10)	(155.251)	(14.936)
Trabalho Voluntário (Nota 3i e	(508.622)	-
RESULTADO BRUTO	**50.445**	**(7.516)**
DESPESAS OPERACIONAIS (Nota 3a)		
Administrativas	**(106.840)**	**(37.497)**
Salários	(42.574)	(15.491)
Encargos Sociais	(7.150)	(1.681)
Impostos e Taxas	(3.219)	(1.141)
Depreciação e Amortização	(1.423)	(298)
Despesas c/ Serviços de terceiros	(9.915)	(9.765)
Despesas c/ Aluguel	(12.302)	(3.000)
INSS Cota Patronal (Nota 15B)	(23.766)	(5.909)
PIS s/ Folha de Pagamento (Nota 15B)	(1.488)	(213)
COFINS s/ Receita (Nota 15B)	(5.003)	-
Outras Despesas/Receitas Operacionais	**(17.916)**	**(16.382)**
DÉFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO (Nota 3a)	**(74.311)**	**(61.394)**

Jaboatão dos Guararapes, 31 de Dezembro de 2018.

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
CRC PE nº 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº -58958

INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ - 28.399.030/0001-31
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

R$

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SUPERÁVIT(DÉFICIT) DO PERÍODO	TOTAL GERAL
SALDOS EM 01/JAN./17	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferência	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(61.394)	(61.394)
SALDOS EM 31/DEZ./17	-	**(61.394)**	**(61.394)**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferência	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(74.311)	(74.311)
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 8)	-	**(135.705)**	**(135.705)**

Jaboatão dos Guararapes, 31 de Dezembro de 2018.

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
CRC PE nº 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº -58958

INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ - 28.399.030/0001-31
PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (Déficit) do Período	(74.311)	(61.394)
Ajustes por:		
Depreciação	1.423	298
Superávit (Déficit) Ajustado	**(72.888)**	**(61.096)**
Aumento (diminuição) nos Ativos		
Adiantamentos a Fornecedores	1.239	(1.499)
Estoques	(1.772)	-
Aumento (diminuição) nos Passivos		
Fornecedores de bens e Serviços	14.905	3.698
Obrigações com Empregados	17.049	12.046
Obrigações Tributárias	429	88
Total Aumento (Diminuição) contas de Ativo e Passivo	**31.849**	**14.333**
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS/NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(41.039)	(46.764)
Imobilizado - Bens Sem Restrição	(7.551)	(10.871)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(7.551)	(10.871)
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	106.244	57.635
CAIXA LÍQUIDO OBTIDO DAS/NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	106.244	57.635
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES	57.654	(0)
	19	-
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 1° DE JANEIRO	-	-
CAIXA E CAIXAS EQUIVALENTES EM 31 DE DEZEMBRO	19	-

Jaboatão dos Guararapes, 31 de Dezembro de 2018.

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
CRC PE n° 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº -58958

INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL
CNPJ nº 28.399.030/0001-31
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO HUMANIZE DE ASSISTÊNCIA E RESPONSABILIDADE SOCIAL, fundado em 14 de Julho de 2017, com sede na Rua Sitio Novo, nº 72, Prazeres, Jaboatão dos Guararapes - PE, inscrito no CNPJ 28.399.030/0001-31, é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos de natureza filantrópica, regida pela lei nº 6.404/76, tem por finalidade a prestação de assistência à saúde, a promoção do ensino e educação, a prestação de serviços de assistência à infância, a adolescência e a família, a prestação de serviços de assistência ao idoso, à promoção a cultura e ainda, o desenvolvimento de obras e atividades de promoção humana e serviço social, executados sem distinguir da condição social, raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, profissão, credo ou religião, respeitando os parâmetros e proposições estabelecidos pelo seu Estatuto e pela legislação e regulamentos federais, estaduais ou municipais, assim como os normativos do Sistema Único de Saúde – SUS.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A apresentação das demonstrações contábeis em 31/Dez./2018 e 31/Dez./2017, foram preparadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, considerando a atual legislação societária brasileira, as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidos pelo CPC e homologadas pelos órgãos competentes e estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Como se trata de uma Entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do período, demonstração das mutações do patrimônio social e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa. Dos princípios contábeis, foi adotado na elaboração das demonstrações contábeis a que segue:

O Instituto mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil do Instituto é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". O instituto mantém em boa ordem a documentação contábil.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 589958

B. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

C. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

D. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressalta-se:

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

A apuração é feita segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2018 o Instituto HUMANIZE apresentou um déficit de R$ 74.311.

b) ESTOQUES

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado. A provisão para desvalorização dos estoques será constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

c) IMOBILIZADO

O imobilizado do Instituto HUMANIZE é composto por bens próprios adquiridos com recursos da própria Instituição, classificados de modo a atender a legislação atual.
As depreciações estão sendo calculadas por espécie de bens de acordo com a expectativa de vida útil remanescente revisada, de acordo com os Pronunciamentos Contábeis CPC 27 e ICPC 10.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD-E PJ
Nº -58958

d) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

e) FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

f) OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados inclusive as provisões de férias e 13º salário e os encargos incidentes respectivamente, até a data do balanço.

g) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Os empréstimos entre as entidades congêneres são reconhecidos no recebimento dos recursos, conforme a necessidade dos mesmos. Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras estão mensurados pelo valor de custo e ajustados de acordo com clausulas contratuais da incidência de encargos financeiros.

h) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido.

i) TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
- 58958
Nº

4. IMOBILIZADO

Descrição	Saldos em 31/12/2017	Adições	Baixas	Ajustes Patrimoniais	Transferências	Saldos em 31/12/2018
EQUIPAMENTO HOSPITALAR	4.045	-	-	-	-	4.045
INSTRUMENTAL CIRURGICO	517	-	-	-	-	517
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	2.704	7.291	-	-	-	9.995
MOVEIS, MAQUINAS E UTENSILIOS	3.606	-	-	-	-	3.606
EQUIPAMENTOS ELETRODOMESTICOS	-	260	-	-	-	260
Total dos Bens	**10.871**	**7.551**	**-**	**-**	**-**	**18.422**
(-) Depreciação Acumulada	(298)	(1.423)	-	-	-	(1.721)
Total do Imobilizado sem Restrição	**10.573**	**6.128**	**-**	**-**	**-**	**16.701**

5. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Descrição	2018	2017
Fornecedores de Serviços	15.735	621
Fornecedores de Materiais	2.868	3.077
Total	**18.603**	**3.698**

6. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS

Descrição	2018	2017
Salários a Pagar	13.513	6.221
Obrigações c/ Encargos s/ Folha de Pagamento	2.325	3.200
Provisão de Férias e 13º salário	11.559	2.319
Provisão de Encargos s/ férias e 13º salário	1.697	305
Total	**29.094**	**12.046**

7. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

ORIGEM	2018	2017
INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA - HOSPITAL GUARARAPES	106.244	57.635
Total	**106.244**	**57.635**

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº -58958

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é composto pelos valores de constituição do Instituto acrescido dos Déficits/Superávits Acumulados e do Déficit do exercício.

R$

CONTAS ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	SUPERÁVIT(DÉFICIT) DO PERÍODO	TOTAL GERAL
SALDOS EM 01/JAN./17	-	-	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferência	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(61.394)	(61.394)
SALDOS EM 31/DEZ./17	-	**(61.394)**	**(61.394)**
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	-
Transferência	-	-	-
Superávit/Déficit do Exercício	-	(74.311)	(74.311)
SALDOS EM 31/DEZ./18 (Nota 8)	-	**(135.705)**	**(135.705)**

9. RECEITAS OPERACIONAIS SEM RESTRIÇÃO

Descrição	2018	2017
INSTITUTO ALCIDES D' ANDRADE LIMA - HOSPITAL GUARARAPES	175.988	7.420
Total Programa (Atividades) de Saúde	**175.988**	**7.420**

10. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS COM PROGRAMAS (ATIVIDADES)

Descrição	2018	2017
Medicamentos	331	133
Materiais de segurança	-	2.187
Materiais médico hospitalares	1.108	2.318
Salários folha de pagamento	153.812	10.298
Total	**155.251**	**14.936**

11. TRABALHO VOLUNTÁRIO

Descrição	2018	2017
Folha de pagamento dos voluntários	371.800	-
FGTS s/ folha de pagamento dos voluntários	29.744	-
INSS cota patronal s/ folha de pagamento dos voluntários	103.360	-
PIS s/ folha de pagamento dos voluntários	3.718	-
Total	**508.622**	-

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº - 50958

12. CARACTÉRISTICA DA IMUNIDADE

O Instituto Humanize é uma entidade filantrópica de direito privado, sem fins não econômicos, com sede e foro no município de Jaboatão dos Guararapes/PE, que tem como atividade a prestação de serviços nas áreas de saúde, educação e assistência social, previstos no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

humanize

13. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministério da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE (portaria nº 998 de 04 de 04/07/2018) conforme processo nº 25000.075144/2018-88, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social.
Para usufruir da Isenção Tributária determinada pelo artigo 29 da Lei nº. 12.101/09 cumpre os seguintes requisitos:

ESTATUTÁRIOS

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as);
- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas;

14. OPERACIONAIS E CONTÁBEIS

- Possui certidão negativa de débitos relativos aos Tributos federais e a divida ativa da união aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- O certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS encontra-se em situação regular;
- Mantêm sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária.

Em 02 de Setembro de 2015, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor.
Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 faz referência que os tributos objetos de renúncia fiscal não precisam ser registrados como se fossem devidos, bastando relacioná-los nas notas explicativas. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 1970 de 16/08/2011, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
- 5 8 9 5 8
Nº

serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Para cumprir o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos.

15. ATENDIMENTOS, ISENÇÕES E GRATUIDADES.

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo decreto nº 8.242/13 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 100%. O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na aérea de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

A. DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS

ORIGEM	INTERNAÇÃO 2018		AMBULATÓRIO 2018		TOTAL 2017	
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%
SUS	-	-	8.136	100,00%	371	100%
OUTROS ATENDIMENTOS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	8.136	100%	371	100%

B. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (a partir da competência julho)

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos;
- RAT/SAT (2%);
- TERCEIROS (5,8%);
- COFINS (3%);
- PIS (1%).

Jairo Luis Flores
Presidente

Jetro Henrique de M. Oliveira
Contador – CRC RE 022881/O-9

Cartório Eduardo Malta
Registro de TRD E PJ
Nº 56958